

Sustentabilidade Olímpica?

Reflexões sobre o legado ambiental
dos Jogos do Rio de Janeiro – 2016

Olympic sustainability?
Reflections on the environmental
legacy of the Rio de Janeiro
Games – 2016

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA

Possui estágio pós-doutoral em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Geografia pela UERJ e licenciado em Geografia pela mesma instituição. É professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades Digitais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
ldiasufrj@gmail.com

RESUMO: O objetivo central deste artigo é refletir sobre o legado ambiental dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro – 2016. Entendemos que os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro revelaram não somente a crise do modelo olímpico adotado, mas também a própria crise ideológica do desenvolvimento sustentável enquanto norma.

PALAVRAS-CHAVE: Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. Desenvolvimento sustentável. Crise ambiental.

ABSTRACT: The main objective of this article is to reflect on the environmental legacy of the Rio de Janeiro Olympic Games – 2016. We understand that the Rio de Janeiro Olympic Games have revealed the crisis of the olympic model, but also the ideological crisis of sustainable development as the norm.

KEYWORDS: Rio de Janeiro Olympic Games (2016). Sustainable development. Environmental crisis.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro foi sede de dois importantes eventos internacionais que interessam diretamente a este esforço teórico-analítico que apresentamos: 1) em 2012, ocorreu na cidade a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), que reuniu 193 delegações diplomáticas para discutirem os desafios de construção de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável. A Rio + 20 foi realizada nas instalações do Riocentro, onde estiveram reunidas as delegações diplomáticas e chefes de governo, e no Aterro do Flamengo, onde ocorreu a “Cúpula dos Povos”, com a participação de ONGs e Movimentos Sociais; 2) em 2016, o Rio sediou os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, que reuniu mais de onze mil atletas divididos nas trinta e nove modalidades esportivas em alguns espaços da cidade, com a distribuição de 812 medalhas de ouro, o mesmo número de medalhas de prata e 864 medalhas de bronze para os atletas vencedores. Os Jogos Olímpicos do Rio registraram, esportivamente, um índice significativo de quebra de recordes e, evidentemente, alguns desempenhos bastante celebrados de superação individual e coletiva dos desafios impostos pelos esportes de alto rendimento.

Antes de mais, torna-se oportuno apontar que vivemos, decididamente, numa década perdida para o meio ambiente. Se o século XX se encerrou com a vigência da Agenda 21, um robusto documento chancelado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que propugnava a adequação entre economia e ecologia por meio da construção do desenvolvimento sustentável, o Século XXI já demonstrou logo em seu início uma grande desconfiança para com as decisões globais em relação ao meio ambiente: a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, África do Sul, conhecida como Rio + 10, se revelou uma espécie de “Davos ambiental” — a referência aqui é o Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Genebra, Suíça, reunindo os principais líderes empresariais e políticos do mundo —, tamanho foi o acento econômico das discussões realizadas na conferência. É possível apontar que os atuais disparates proferidos por governantes ineptos pelo mundo só confirmam, ainda que com uma alta dose de irracionalidade, o progressivo desgaste da questão ambiental até mesmo no espectro político-econômico internacional.

Mas foi a Rio + 20 que completou o processo de desconfiança sobre a sinceridade dos interesses de proteção ambiental nestes grandes fóruns internacionais. A adoção da “economia verde” como bandeira ideológica se

mostrou contraproducente, pois ao celebrar o lucro ambiental per se acabou por dilacerar o encanto ideológico de “proteção da natureza” contido na proposta de desenvolvimento sustentável. *Afinal, quem, além daqueles que se locupletariam com o lucro com o comércio dos recursos naturais, se sentiria seduzido pela defesa da construção de uma economia verde?* (OLIVEIRA, 2019). Neste sentido, a realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro significou mais do que apenas um fracasso dos investimentos ambientais do certame: os jogos exteriorizam, com limpidez assustadora, o quanto a questão ambiental é secundarizada no âmbito das decisões políticas e econômicas, bem como o fato de que a defesa do meio ambiente é uma fórmula — outrora sólida, atualmente bem mais desgastada — de *marketing* empresarial. Afinal, uma ideologia só sobrevive se esconder sua origem, mantiver sua capacidade sedutora e jamais revelar suas contradições internas.

Ciente que o não-cumprimento das promessas ambientais dos documentos preliminares para a realização dos jogos olímpicos já foram discutidas em ocasiões anteriores (BOYKOFF; MASCARENHAS, 2016; MASCARENHAS; OLIVEIRA; PONTES; 2017; MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018, entre outros), o objetivo deste artigo é refletir sobre o impacto ideológico do fracasso das ações ambientais da olimpíada carioca. Para o cumprimento de tal intento, colocaremos em julgamento analítico o modelo olímpico carioca, os avanços e retrocessos da agenda ambiental recente e as lições ecológicas dos Jogos Olímpicos de 2016.

Rio 2016:

O crepúsculo de um modelo olímpico megalomaniaco

Em meio à compressão espaço-tempo (HARVEY, 2004 [1989]) e os ritmos fugidios do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2002 [1996]), é possível alentar que, apenas três anos após o término dos Jogos Olímpicos de Verão do Rio de Janeiro de 2016, muito do que ocorreu nos dias do evento já se perdeu em nossa memória. Contudo, pelas circunstâncias, o maior destaque esportivo para o Brasil foi a ambicionada conquista do título olímpico da seleção masculina de futebol, conseguido sob aplausos e mesmo certo cansaço com a demasiada exploração televisiva do feito. Nesta efemeridade de eventos, conquistas e mesmo comemorações, também é provável que junto à medalha de ouro obtida na vitória da disputa por pênaltis por Neymar e cia., persista nas recordações de grande parte da população brasileira o fato de

que os jogos ocorreram sob profunda desconfiança política e manifestações nas ruas, que questionavam os escândalos de corrupção que assolaram os noticiários para além dos megaeventos esportivos e que demonstravam certa decepção com o modelo de empreendedorismo neoliberal urbano (HARVEY, 1996), que tornava a cidade um negócio tão lucrativo quanto excludente. O combo formado pela Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 teve grande repercussão política, mediante os gastos exorbitantes, obscuros e mal direcionados.

Após a catarse planejativa dos Jogos de Barcelona em 1992, tornada modelo pela magnitude das transformações estéticas, de transporte e pela própria requalificação turística da cidade, o Rio de Janeiro pretendia se tornar um novo símbolo da revolução urbana fruto da organização dos jogos. Afinal, depois de inúmeras tentativas de transformar a cidade em palco dos jogos olímpicos, finalmente a candidatura havia sido aceita, com a proposição de um modelo especialmente segregador, centrado no gigantismo econômico da Barra da Tijuca, que recebeu os maiores aportes esportivos para os jogos e os investimentos imobiliários de grande monta; na criação da versão carioca do Porto Olímpico de Poblenou-Barcelona, aqui denominado “Porto Maravilha”, com a museificação da paisagem e tentativa de requalificação urbana de uma área considerada degradada; na dispendiosa reforma do Maracanã, estádio histórico que acabou lamentavelmente transformado em símbolo da conjugação entre desperdício de dinheiro público e exclusão — quando não “vilanização” — dos assíduos frequentadores nos tempos que era templo das massas; e na série de ruas, boulevares, rodovias, túneis, viadutos, elevados, estações rodoviárias e veículos sobre trilhos que entrecortaram a cidade visando aumentar a fluidez do tráfego, ainda que de forma dissociada de acordo com o público-alvo — ônibus para as camadas mais pobres, metrô e veículos leves sobre trilhos para os mais abastados. Os investimentos no parque olímpico de Deodoro, situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro na parte não banhada pelo mar, foram direcionados para estruturas desmontáveis e provisórias, de maneira que não se ambicionou, em nenhum momento, a criação de uma espécie de “Deodoro Maravilha” fora do eixo Centro-Zona Sul-Barra da Tijuca. A periferia da cidade do Rio de Janeiro não se mostrou *olimpizável* urbanisticamente nem merecedora, apesar de mais necessitada, de um espólio esportivo para seus habitantes.

O Rio de Janeiro se tornou um grande laboratório desse modelo megalomaniaco de olimpíada, não porque seria inédita a combinação entre capitais internacionais, urbanismo olímpico e segregação do espaço, mas por-

que a intenção era a explosão ilimitada do modelo. Com políticos populares, uma cidade aclamada pelo turismo internacional, uma série de empresários sedentos por realizar investimentos de grande retorno na urbe e torcedores devidamente selecionados para desfrutar desta festa com caríssimas credenciais e camarotes exclusivos, os Jogos do Rio, imaginavam seus idealizadores, só poderiam significar um reescalonamento da arte de fazer riqueza com as olimpíadas e reverberar em novas edições ainda mais portentosas, caras e espetaculares. Mas, assim como a Copa do Mundo de 2014 já causou imensa indignação com seus superestádios “padrão FIFA” (e por vezes localizados em praças sem qualquer tradição no esporte bretão) em meio à crise social espalhada do entorno, é possível afirmar que as Olimpíadas do Rio de Janeiro também significaram uma profunda mudança neste modelo tão explicitamente econômico-financeiro dos jogos. O impacto foi tão profundo na indústria olímpica que, pela primeira vez, o Comitê Olímpico Internacional (COI), a poderosa organização responsável pelos jogos de inverno e de verão, definiu que as duas únicas cidades candidatas aos jogos de 2024, Paris e Los Angeles, sediariam não somente os jogos pleiteados, mas também a edição de 2028, após a realização das Olimpíadas de Tóquio de 2020 (MASCARENHAS; OLIVEIRA, 2018). Havia evidentemente o medo de não haver cidades candidatas a serem formatadas, geridas e atropeladas pelo modelo de investimento dos jogos.

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro significaram provavelmente o ocaso de um modelo ultraliberal de gestão da cidade-sede durante o evento. Entendida como megaevento e como justificativa para megaoperações urbanas, a edição carioca dos Jogos Olímpicos se revelou um modelo perdulário e desconexo com a realidade local. As instalações “inúteis” ou de pouco uso, a monumentalidade dos objetos esportivos e os detalhes demasiado específicos e sofisticados das instalações esportivas se tornaram exemplos da malversação dos investimentos tanto públicos quanto privados. Com a imagem bastante arranhada, fica patente que o interesse do COI será obrigatoriamente reconstruir os jogos por meio de novas ideias publicitárias e patrocinadores que tenham uma relação mais visceral com a causa esportiva, bem como a implementação de um catálogo de exigências que determine menos relações diretas e obscuras com empreiteiras, proprietários fundiários e agentes imobiliários locais.

É fundamental reforçar como os Jogos do Rio de Janeiro podem ser apontados como ponto de ruptura no que se refere ao modelo empreendido, porque entendemos que também significaram um abalo na forma neoliberal

de gestão ambiental, numa década que já se mostrava bastante difícil para a defesa da natureza. O evento se esforçou em criar uma atmosfera sustentável e havia o interesse de que os Jogos do Rio de Janeiro fossem “carbon-free” — ou seja, no qual as emissões de carbono fossem completamente neutralizadas nos espaços olímpicos —, mas, surpreendentemente, havia alguma deficiência ideológica no capital simbólico proveniente dos dogmas do desenvolvimento sustentável adotados pelos jogos.

A questão ambiental contemporânea e o modelo de desenvolvimento sustentável

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro foram planejados mediante os dogmas do modelo de desenvolvimento sustentável. A concepção de desenvolvimento sustentável é o corolário, em nossas interpretações, da problemática ambiental contemporânea, cuja gênese pode ser situada no imediato pós-guerra, após a detonação das duas grandes bombas nucleares nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Nunca artefatos se mostraram tão violentos na capacidade de colocar a sobrevivência humana, presente e futura, em risco. O modelo de desenvolvimento sustentável almeja, desde a origem, combinar “economia” e “ecologia”, estabelecidas como uma forma técnico-científica de se auferir lucros por intermédio da proteção da natureza (OLIVEIRA, 2019a).

O desenvolvimento sustentável foi celebrado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — a Rio 92 ou Eco-92 —, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Após uma vasta agenda de discussões realizadas durante uma série de conferências preparatórias, reuniões empresariais, estudos internacionais — com destaque para o “Nosso Futuro Comum” (BRUNDTLAND, 1988) — e julgamentos em diferentes escalas governamentais, foi promulgada a Agenda 21, que é um documento central que vislumbra fornecer um catálogo de procedimentos de manejo ambiental, ajuste ecológico-econômico e defesa da natureza para geração de riquezas.

Ainda que possua importantes ancestrais — o mais importante pode ser vinculado à noção de ecodesenvolvimento, que posicionava a ecologia à frente do crescimento econômico e propugnava uma mudança mais abrupta no modelo produtivo (SAHR, 1998) —, o desenvolvimento sustentável se define como aquele que atende às necessidades do presente sem com-

prometer a capacidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1988), num fictício enfrentamento de gerações (RODRIGUES, 2006). Mas, oculto nesta definição vaga e imprecisa, o desenvolvimento sustentável tem se revelado uma proposição tripartite de ajuste econômico-ecológico-espacial: primeiramente, 1) trata-se de um controle protocolar das riquezas naturais da periferia mundial por meio da adoção de pressupostos hegemônicos, numa nova forma de geopolítica na qual o controle do uso do território se torna mais importante que sua própria anexação ou invasão (BECKER, 2004); 2) além de estratégia contemporânea de geopolítica, o desenvolvimento sustentável se tornou uma importante construção geoeconômica na qual a natureza se consolida como recurso produtivo — portanto, cambiável e precificável — e passa a compor a reestruturação territorial-produtiva do capital. Neste universo de mudanças industriais, o uso racional da natureza se torna tão importante para a geoeconomia mundial quanto a emergência de novos veios de inovação, os circuitos horizontais da mercadoria, a territorialização dos mecanismos de cabeamento e a imaterialidade das redes internacionais de tráfego de dados ou as novas formas de gestão local-regional, para ficarmos apenas em alguns exemplos; por fim, 3) não seria significativo se todo este instrumental geopolítico e geoeconômico não permanecesse oculto mediante uma profunda capacidade de sedução. O desenvolvimento sustentável se torna uma potente ideologia, que não só consegue amalgamar uma série de interesses dominantes como também se esconde por detrás de um discurso de proteção à natureza, pois, afinal, ninguém se mostra (ou, ao menos, mostrava até então) declaradamente contra o meio ambiente.

Assim, ao contrário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo no ano de 1972, na qual os representantes de países centrais e periféricos se digladiaram na defesa do “crescimento zero” ou do “desenvolvimento a qualquer custo”, a Conferência do Rio de Janeiro (1992) se revelou uma profunda celebração deste modelo de adequação economia-ecologia em escala global. Não é por outro motivo que entendemos que a Rio-92 se consolidou como um fato geopolítico importante e necessário para o espraio do desenvolvimento sustentável como parte da reestruturação econômica presente, tão significativo quanto a própria adoção do neoliberalismo como leitmotiv das ações do Estado a álibi para situar o mercado como prioridade (HARVEY, 2008 [2005]). Neste sentido, a natureza maleável e adaptável do modelo de desenvolvimento sustentável e a capacidade de adaptação a diferentes filiações teórico-políticas

e conjunturas permitiram seu uso indiscriminado, seletivo e mesmo segregador e excludente.

Todavia, assistimos na última década certo recrudescimento do modelo. Entendemos que a Rio + 20, conferência que nasce com o interesse de realizar um balanço de vinte anos das proposições da Rio 92, foi o corolário do lento processo de saturação, desconfiança e mesmo desromantização do desenvolvimento sustentável. Que se ressalte: não acreditamos, sob nenhuma hipótese, que o modelo de desenvolvimento sustentável viva seus estertores, mas de fato assistimos um profundo abalo ideológico desta concepção, especialmente mediante a promulgação da proposta de construção da “economia verde” na Conferência do Rio de Janeiro de 2012 (Rio + 20), que mostrou, com muita nitidez, a subalternidade da discussão ecológica em relação à questão econômica.

A Rio + 20 deixou patente que o desenvolvimento sustentável não se refere a uma ruptura do modelo hegemônico de produção de mercadorias e confirmou a suspeição prévia destes megaencontros diplomáticos, seja pela mera descrença acerca da política (e dos políticos), seja pela certeza da incapacidade de eventos deste porte de resolver os problemas mais carentes da humanidade. Ao mesmo tempo, a consolidação dos trabalhos dos “céticos ambientais”, que se destacam particularmente a partir do questionamento massivo da tese do aquecimento global, colocaram em xeque questões ambientais outrora aparentemente consolidadas. Além disso, algumas medidas de cunho econômico-ambiental há muito tempo discutidas não foram e nem serão implementadas em curto prazo se dependerem de acordos firmados nestas grandes conferências, como a constituição de um Fundo Verde, a adoção de ações severas de controle de poluição ou o debate menos mercadológico sobre a questão das patentes, que permanecem sob os auspícios da Rodada Uruguai.

Além disso, constituiu-se progressivamente uma saturação da questão ambiental, tratada geralmente de maneira catastrofista na grande mídia. Isto se tornou ainda mais evidente com o paradoxo da Rio + 20: ao mesmo tempo que havia uma cobertura em “tempo real” em diferentes meios, como nas redes abertas e fechadas de TV, sites e jornais informativos e redes sociais, houve o aumento brutal do desinteresse, desconfiança e ceticismo sobre eventos desta natureza, e do próprio debate ambiental da maneira como vem sendo tratado. Da mesma maneira, organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos sociais de cunho ambientalista não propuseram ou consolidaram discursos alternativos à sustentabilidade e se

dividiram entre os que estão cooptados pelo discurso hegemônico e adotam práticas empresariais e aqueles que praticam um radicalismo discursivo ingênuo e pouco efetivo, sem romper com a estética da festa. Por fim, a aceitação inequívoca e universal dos princípios do desenvolvimento sustentável pelas maiores empresas do mundo não significou mudanças estruturais, mas sim a vulgarização de experiências de obtenção de lucros a partir de inventos tecnológicos anticontaminantes. Como as experiências mais significativas são preponderantemente mercadológicas, a Rio + 20, em muitos aspectos, se assemelhou a uma verdadeira e luxuosa “feira de negócios” (OLIVEIRA, 2014).

A partir da Rio + 20, a outrora celebrada racionalidade ambiental, que glorificava o uso criterioso dos recursos naturais evitando-se o desperdício, tem perdido espaço para discursos virulentos e desabonadores acerca da defesa do meio ambiente, propostas políticas de aceleração do desenvolvimento, desejos específicos de ampliar as fronteiras espaciais das produções industriais, agropecuárias e mineradoras e a própria relativização dos problemas ambientais. A irracionalidade na defesa de um desenvolvimento ilimitado e avassalador que assistimos no tempo presente também é conjugação, em nosso entendimento, do fracasso da Rio + 20 com a emersão de lideranças políticas retrógradas, inábeis e inconsequentes.

Como não houve consenso na enunciação da economia verde e levando-se em consideração a fratura no espólio ideológico do desenvolvimento sustentável, já era possível crer que infelizmente os anos subsequentes à Rio + 20 seriam trágicos para o meio ambiente. Mesmo ciente do papel negativo das lideranças ineptas supracitadas que emergiram aqui e acolá nos poderes executivos de países importantes do mundo, os ataques à proteção da natureza, a desvalorização dos atributos das riquezas ecológicas, a incompreensão dos impactos humanos e a defesa entusiástica do desenvolvimento relemoram o fracasso da Rio + 20. Além disso, tanto a década de [19]70 quanto a década presente são momentos históricos de profunda crise econômica: antes, o Choque do Petróleo (1973) reconfigurou as forças políticas e os elos entre os países centrais e periféricos, além de estrangular o próprio modo de produção fordista (HARVEY, 1996 [1989]). Atualmente, a sucessão de crises econômicas na última década — podemos falar em *crisiologia*, mediante a constância das ocorrências (WIEVIORKA, 2012) — e a própria desaceleração do crescimento chinês comprovam que vivemos tempos muito difíceis.

Assim, forma-se um trágico paradoxo: o desenvolvimento sustentável jamais permitiu constituir uma crença genuína na sua capacidade de

solução dos anátemas ambientais, seja em escala local, seja em escala global, mas ao menos oferecia uma fugidia esperança de uso racionalizado da natureza por meio de mecanismos de proteção ambiental. Entretanto, ainda que saibamos que não se tratava de solução autêntica para quaisquer problemas ecológicos, estamos assistindo, no vácuo deixado pelo dissenso e inocuidade da concepção de economia verde, à capilarização de discursos em prol de um desenvolvimento ilimitado e avassalador como opção produtiva em diferentes escalas em todo o mundo. Este efetivo e desenfreado retrocesso ambiental, atualmente tão explícito, impactou diretamente os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro e o declínio ideológico do desenvolvimento sustentável

Como anteriormente dialogado, em tempos de tanta volatilização das nossas lembranças, é possível que permaneça viva nas memórias de muitos espectadores a cerimônia de abertura dos Jogos do Rio de Janeiro. A festa de abertura, um tipo de ato grandioso, repetitivo e extravagante que, no caso carioca, ocorreu no Estádio do Maracanã, englobou apresentações artísticas e sínteses históricas teatralizadas. A abertura contou com a presença de Michel Temer, presidente empossado após a derrubada de Dilma Rousseff, que acabou bastante hostilizado, mediante o péssimo momento político do país que já atingia violentamente a sua frágil e recente democracia.

A cerimônia de abertura teve no meio ambiente um dos temas centrais: foi apresentado um pequeno vídeo sobre as mudanças climáticas; foi lido um texto sobre a necessidade de defender a biodiversidade; os atletas receberam sementes para plantar árvores nativas do Brasil — ainda não replantadas! (ÁVILA, 2019) —; foi projetado o símbolo da ecologia criado pelo cartunista Ziraldo em 1988 com base no símbolo da paz; o hasteamento das bandeiras do Brasil e Olímpica foi realizado por 14 oficiais da Polícia Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, e não por militares do Exército, Marinha ou Aeronáutica, como de praxe; foram recriadas com elásticos padrões da arte indígena simbolizados em três ocas gigantes; e pela primeira vez os coloridos anéis olímpicos ficaram restritos somente à cor verde, em prol do meio ambiente.

A abertura dos jogos não é tão somente a celebração de um encontro esportivo, que aproxima países com profundas diferenças geopolíticas,

econômicas, sociais e ambientais, na ilusão de que todos são competidores em iguais condições de almejar o seu lugar ao pódio — por óbvio, historicamente, as tabelas de medalhas reverberam as diferenças de investimento entre os países, de maneira que as nações economicamente hegemônicas são também grandes potências olímpicas. Este espetáculo teatralizado também implica na construção da imagem dos jogos e na representação sociocultural dos mesmos, o que foi simbolizado, no caso brasileiro, pela pira olímpica numa “gambiarra” esculturalizada, em nome da celebração do jeitinho brasileiro e da malandragem e esperteza pátrias. Nesta proposta de celebração ambiental do Brasil, tratado como uma espécie de capital ecológica do mundo — afinal, localiza-se em seu território a mais potente floresta equatorial do planeta, mas também há uma miríade de atributos climáticos, botânicos, minerais, oceânicos para completarem o quadro —, ressoava a proposta de que a olimpíada carioca pretendia ser a mais sustentável de todos os tempos.

É patente que os principais projetos contidos no próprio Plano de Gestão da Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016, na versão de março de 2013, eram os planos de despoluição da Baía de Guanabara e do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, “consolidando compromissos assumidos pela União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Município do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016” (PGS, 2013, p. 41). O Relatório de Sustentabilidade Rio 2016, intitulado “Abraçando Mudanças”, anunciou de forma imprecisa que “o índice de tratamento de esgoto subiu de 12% em 2007 para 40% em 2013” e que “a qualidade da água na Baía de Guanabara nas principais áreas de competição em 2016 está dentro das normas brasileiras de balneabilidade, equivalentes às adotadas nos EUA” (EMBRACING CHANGES, 2014, p. 66). Não se trata apenas de ficcionalização da realidade per se, mas da certeza que mesmo com o álibi olímpico não se chegou sequer à metade da meta inicialmente proposta: a Baía de Guanabara, mesmo com “ecobarreiras” e “ecobarcos”, permanece, nos dias atuais, inóspita, poluída e ambientalmente insustentável e recebendo, sem tratamento, quase a metade ainda dos 461,5 milhões de litros de esgoto doméstico produzidos diariamente pelos municípios de seu entorno. 75% das margens da baía estão degradadas por lançamento de esgoto *in natura* e todos os tipos de resíduos, algo em torno de 18 mil litros de esgoto sem tratamento por segundo e 200 toneladas/dia de resíduos. A recuperação ambiental do Complexo Lagunar de Jacarepaguá, que tinha como propósito o desassoreamento das lagoas de Jacarepaguá, Camorim, Tijuca e Marapendi, a ampliação do canal da Joatinga e a recuperação de manguezais do entorno das lagoas (PGS, 2016, p. 74), mes-

mo com intervenções do Ministério Público, jamais ultrapassou a condição de promessa olímpica.

O desenvolvimento sustentável se mostrou, assim, uma política pública ficcional, mas também um belo ativo de mercado. Se as grandes promessas de ajuste ambiental não foram cumpridas, o Parque Olímpico foi construído seguindo princípios sustentáveis, como a coleta seletiva de lixo, a irrigação automatizada dos jardins, a iluminação aplicada em LED etc. A Vila dos Atletas, construída pelas empresas Carvalho Hosken e Odebrecht Realizações Imobiliárias, com 31 prédios, 3.604 apartamentos e área total de 206 mil m², adotou economia de água de até 40%, redução energética de 10%, 10 mil m² de telhados verdes, 75 coletores solares e a criação de uma estação de tratamento de águas. No Centro Olímpico de Tênis, foi aplicado o conceito da arquitetura bioclimática, com a utilização da iluminação e ventilação natural. O velódromo possui captação de água da chuva e usou madeira — eucalipto, pinus da Sibéria etc. — certificada (MASCARENHAS, OLIVEIRA, 2017). O próprio Maracanã passou a recolher a água da chuva através da sua cobertura para reutilização, foi dotado de equipamentos elétricos de alta performance, como os aparelhos de ar-condicionado e bombas mecânicas. Visando a diminuição da utilização da energia, instalou-se a captação de energia solar por meio de placas fotovoltaicas, foram oferecidos cursos de educação ambiental para os operários e exigiu-se o uso de madeira certificada com o selo FSC (Forest Stewardship Council), além de cimento e aço reciclados (GOMES, 2015).

É perceptível que a adoção do modelo de desenvolvimento sustentável se tornou um atributo luxuoso dos empreendimentos imobiliários e dos objetos esportivos construídos por ocasião das Olimpíadas. Os problemas ambientais — pode-se afirmar que também os econômicos, políticos, sociais, logísticos, de mobilidade etc. — não receberam o tratamento devido. Não é necessário ser especialista ou tampouco realizar qualquer teste nas águas da Baía de Guanabara para saber que a mesma permanece completamente poluída e inóspita para qualquer atividade náutica que não seja ser ancoradouro de barcas e navios. O meio ambiente do Rio de Janeiro não recebeu absolutamente qualquer benefício ou ação palpável com a adoção do desenvolvimento sustentável pelos Jogos Olímpicos.

O grande legado ambiental dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016 foi uma grande descrença na questão ambiental, seja pela inocuidade, falácia, imperícia e despropósito dos investimentos realizados com pouco espectro e impacto na cidade, seja porque ocorreu num momento ideologicamente inoportuno, com a questão ambiental em vias de saturação e des-

confiança pelas grandes massas. As Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016 também podem ser incluídas no conjunto de fatores responsáveis pelo irracionalismo ambiental que emerge no tempo presente.

Considerações finais

As Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2016 traziam consigo uma promessa: não somente se consolidariam como a coroação plena de um modelo olímpico mercadológico baseado na revolução urbana e no empreendedorismo neoliberal da cidade transformada em mercadoria, como significariam a conjugação entre meio, economia e ecologia, numa celebração portentosa do desenvolvimento sustentável como paradigma de um modelo de produção do espaço menos violento com a natureza.

Indiscutivelmente, para além das arenas, pistas, quadras, campos e raias onde ocorreram as disputas e de fato se lembrou que o que estava em jogo era a competição esportiva pelas melhores posições, os jogos olímpicos cariocas ficaram marcados historicamente como um provável ponto de ruptura na história dos megaeventos esportivos: os organizadores dos próximos jogos, a serem realizados nas ricas cidades de Tóquio, Paris e Los Angeles, deverão aprender com os erros do Rio de Janeiro e não repeti-los, especialmente no que se refere ao planejamento de eventos com gastos menos significativos, instalações mais socialmente e culturalmente integradas às necessidades locais e discussão mais coletivizada, para que o fato de sediar jogos desta natureza sirva de alibi para verdadeiramente ocorrerem melhoras nos espaços públicos, nos transportes de massa e no próprio cotidiano urbano.

No que se refere ao legado ambiental dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, ficou evidente que a ideologia do desenvolvimento sustentável, em franco declínio especialmente após a Rio + 20, não foi suficientemente potente para garantir o *marketing* e a propaganda social dos jogos. Isto se tornou ainda mais flagrante com o espólio nulo de melhorias ambientais que foram prometidas à população carioca, algo visível nas águas que permanecem turvas e escurecidas da Baía de Guanabara. Outrossim, num processo de causa-efeito, torna-se possível afirmar que não devemos desprezar o papel simbólico das olimpíadas carioca na própria descrença da questão ambiental do tempo presente. Os Jogos do Rio contribuíram para o atual descrédito das discussões ambientais contemporâneas.

Mas, em tempos de barbárie ambiental espreiada, é possível acreditar que os organizadores dos jogos futuros também aprendam com os erros das promessas ambientais não cumpridas em solo brasileiro. O caminho não será tão somente ampliar as apostas no modelo de desenvolvimento sustentável, uma concepção agora abertamente econômica de uso mercadológico da natureza, e transformá-lo em proposta de vanguarda; é possível crer que assim como o esporte não deve ser reduzido ao mundo dos negócios, mas pensado como lazer, conhecimento do corpo e superação pessoal dos desafios, o meio ambiente também poderá ser rediscutido para além da condição de combustível da máquina econômico-industrial do sistema vigente, mas como alicerce, parte e totalidade de nossa própria vida.

Referências bibliográficas

BECKER, Bertha. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BOYKOFF, Jules; MASCARENHAS, Gilmar. Rio 2016: Urban policies and environmental impacts. **Ideas**, v. 1, p. 1-6, 2016.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

GOMES, Victor Arouca. Maracanã sustentável: um estudo sobre a questão ambiental nos megaeventos esportivos.

Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, Ano 4, n. 7, Jul./Dez. de 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1923>. Acesso em: 23 set. 2019.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

_____. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2004 [1989].

_____. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008 [2005].

MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Leandro Dias de. Olympic crisis, environmental crisis: the construction of sustainability in the contemporary olympic games.

Mercator, Fortaleza, v. 17, aug. 2018. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e17018>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____; _____. PONTES, Jeferson. Alexandre Pereira. A Baía de Guanabara não é um Tema Olímpico. **Continentes**: Revista de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, v. 10, p. 69-86, 2017.

Disponível em: <http://www.tiagomarinio.com/continentes/index.php/continentes/article/view/122>. Acesso em: 23 set. 2019.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Rio + 20: Reflexões sobre geopolítica e ideologia.

Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica, ano II, n. 4, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/854>. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Desenvolvimento ilimitado? A questão ambiental contemporânea sob a ótica da geografia econômica**. In: OLIVEIRA, Floriano José Godinho de; OLIVEIRA, Leandro Dias de; TUNES, Regina Helena; PESSANHA, Roberto Moraes (Orgs.).

Espaço e economia: geografia econômica e a economia política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 219-244.

_____. **Geopolítica ambiental**: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável [1945-1992]. Rio de Janeiro: Autografia, 2019a.

RODRIGUES, Arlete Moysés.

Desenvolvimento Sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio W. Correia (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

SAHR, Wolf-Dietrich. O Desenvolvimento Sustentável — uma palavra e as coisas.

Revista RAEGA, Curitiba, EDUFPR, n. 2, 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EdUSP, 2002 [1996].

WIEVIORKA, Michel. Crise Financeira ou Mutação Social? In: CASTELLS, Manuel; CARAÇA, João; CARDOSO, João (Orgs.).

Rescaldo e mudança — as culturas da crise econômica. Lisboa: Esfera do Caos Editores / Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

Fontes primárias

ÁVILA, Edimilson. Prefeitura começa a preparar Parque Radical de Deodoro para receber mudas da Olimpíada. **RJ1**, Publicado em: 19/09/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/blog/edimilson-avila/post/2019/09/19/prefeitura-comeca-a-preparar-parque-radical-de-deodoro-para-receber-mudas-da-olimpiada.ghhtml>. Acesso em: 23 set. 2019.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **A Agenda 21**. Brasília: Senado Federal / Subsecretaria de

Edições Técnicas, 1996.

EMBRACING CHANGES: Rio 2016 Sustainability Report, September 2014.

Disponível em: https://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/relatoriodesustentabilidade_rio2016_set2014.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

PGS, 2013 – **Rio 2016 Games Sustainability Management Plan** (March 2013, version 1). Disponível em: https://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/plano_gestao_sustentabilidade_ago2013.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

PGS, 2016 – **Rio 2016 Games Sustainability Management Plan – Sustainability Strategies** (Final Version), July 1, 2016, Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: http://www.brasil2016.gov.br/en/noticias/conheca-o-plano-de-gestao-de-sustainability-of-jogos-rio-2016/08032016_plano_sustentabilidade.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

Recebido em: 11/10/2019
Aprovado em: 19/12/2019